



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Minas Gerais

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DE MINAS GERAIS – CREA-MG
AUTARQUIA FEDERAL**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

CAPA: VERDE

(Marque a cor da capa do caderno recebido
na sua folha de respostas de múltipla escolha)

CADERNO DE PROVA	CARGO
5	PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR - DIREITO

Este **CADERNO** contém 2 (duas) questões discursivas e 50 (cinquenta) questões objetivas, assim distribuídas:

PROVAS	N.º DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	10
Raciocínio Lógico	10
Noções de Informática	10
Conhecimentos Específicos	20

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. As provas objetivas e discursivas terão duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo destinado à transcrição das respostas do caderno de questões para as folhas de respostas oficiais objetivas e discursivas.
2. **Período de sigilo:** o candidato somente poderá se ausentar do recinto da realização das provas após decorrida 1 (uma) hora do início de sua aplicação.
3. O candidato, obrigatoriamente, deverá marcar na folha de respostas a cor da capa do caderno recebido.
4. As respostas das questões objetivas e discursivas deverão ser transcritas para as folhas de respostas oficiais, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
5. O candidato poderá transcrever as respostas das questões objetivas para a última folha deste caderno e ela poderá ser destacada.
6. Na transcrição das respostas das questões discursivas, em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzxyzxyzxyz~~)
7. Não haverá substituição das folhas de respostas objetivas e discursivas por erro do candidato.
8. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal juntamente com as folhas de respostas objetivas e discursivas, devidamente preenchidas e assinadas.
9. As questões da prova objetiva e o gabarito preliminar serão divulgados no endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br> no 1º dia subsequente ao da realização da prova.
10. **Atenção:** Transcreva no espaço reservado na sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O Crea-MG é uma autarquia federal que fiscaliza o exercício das profissões regulamentadas da engenharia, da agronomia e das geociências.

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome completo no quadro abaixo.

N.º de Inscrição

Nome Completo

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

EDUCAÇÃO DE HOJE ADIA FIM DA ADOLESCÊNCIA

Há pouco tempo, recebi uma mensagem que me provocou uma boa reflexão. O interessante é que não foi o conteúdo dela que fisgou minha atenção, e sim sua primeira linha, em que os remetentes se identificavam. Para ser bem clara, vou reproduzi-la: "Somos dois adolescentes, com 21 e 23 anos...".

Minha primeira reação foi sorrir: agora, os jovens acreditam que a adolescência se estende até, pelo menos, os 23 anos?! Mas, em seguida, eu me dei conta do mais importante dessa história: a criança pode ser criança quando é tratada como tal, e o mesmo acontece com o adolescente. E, se dois jovens adultos se veem como adolescentes, é porque, de alguma maneira, contribuímos para tanto.

A adolescência tinha época certa para começar até um tempo atrás, ou seja, com a puberdade, época das grandes mudanças físicas. E terminar também: era quando o adolescente, finalmente, assumia total responsabilidade sobre sua vida e tornava-se adulto. Agora, as crianças já começam a se comportar e a se sentir como adolescentes muito tempo antes de a puberdade se manifestar e, pelo jeito, continuam se comportando e vivendo assim por muito mais tempo. Qual a parcela de responsabilidade dos adultos e educadores?

Pais e professores, quando educam, visam à conquista da autonomia e não podem perder de vista esse objetivo. Assim, ensinar uma criança pequena a se calçar sozinha, por exemplo, é apenas uma parte do processo educativo que supõe que, assim que possível, ela caminhe com seus próprios passos. É

claro que isso não acontece de uma hora para outra, mas em etapas. Mas há de chegar o dia em que ela vai escolher os sapatos que vai calçar, quem sabe comprá-los com dinheiro fruto de seu trabalho, vai usá-los para andar por onde quiser e vai ter de se responsabilizar por suas escolhas. Isso é ser adulto.

Qual a diferença em relação ao adolescente? Justamente essa: o adolescente ainda está a caminho de ter autonomia sobre sua vida. Os pais, mesmo que à distância e discretamente, ainda tutelam os passos do filho adolescente - e não sem razão. É que, para os adolescentes, ainda é prioritário e natural pensar primeiro no tempo presente, no prazer, na diversão e só depois - às vezes, tarde demais - nas consequências que suas atitudes e comportamentos podem provocar.

É difícil tornar-se responsável por tudo? Sem dúvida é, e os adultos sabem muito bem disso. Mas há ganhos, pelo menos em relação à vida dos adolescentes: o da liberdade possível e o da independência, por exemplo. E, certamente, um adulto que se considera adolescente aos 23 anos não deve sentir-se responsável por sua vida. O que ele talvez não saiba é que isso o impede de ser independente.

Hoje, por conta de diversos fatores, muitos pais agem de modo confuso, mas sempre em nome da educação para a autonomia. Garotas e garotos de 12 a 15 anos são liberados para frequentar festas noturnas quase sem limites de horário e sem adultos por perto, mas, em compensação, não têm autonomia para administrar sozinhos a vida escolar, porque os pais esperam determinados resultados e, para tanto, precisam verificar se o filho cumpre o que desejam. Professores universitários tratam seus alunos como adolescentes incapazes de discernir direitos de deveres e, depois, reclamam da falta de interesse deles pelo conhecimento.

Exemplos desses não faltam numa sociedade que trata seus cidadãos de modo infantilizado e os faz acreditar - e muitos acreditam - que isso é feito pelo bem-estar deles. Por isso é bom que os pais e educadores pensem com carinho na educação que praticam. Para que crianças e adolescentes atinjam a vida adulta, é preciso que sejam tratados de modo coerente e sejam responsabilizados, pouco a pouco, por aquilo com que são capazes de arcar. Afinal, a adolescência tem de terminar.

ROSELY SAYÃO é psicóloga, consultora em educação e autora de "Sexo é Sexo" (ed. Companhia das Letras); e-mail: roselys@uol.com.br Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq2504200209.htm> Acesso em: 30 jul. 2026.

QUESTÃO 01

O texto de Rosely Sayão apresenta, **principalmente**,

- (A) uma descrição científica sobre as transformações físicas da adolescência.
- (B) uma narrativa ficcional sobre adolescentes e seus conflitos familiares.
- (C) uma reflexão argumentativa sobre a educação e a autonomia dos jovens.
- (D) uma reportagem jornalística sobre o comportamento dos jovens brasileiros.

QUESTÃO 02

Ao afirmar que “isso o impede de ser independente”, referindo-se ao adulto que se considera adolescente aos 23 anos, a autora pressupõe que

- (A) a identificação com a adolescência impede necessariamente qualquer desenvolvimento profissional ou financeiro.
- (B) a independência financeira constitui o único critério válido para determinar o fim da adolescência.
- (C) a permanência simbólica na adolescência pode estar associada à dificuldade de assumir responsabilidades pela própria existência.
- (D) adultos que mantêm características adolescentes são incapazes de estabelecer relações sociais equilibradas.

QUESTÃO 03

No desenvolvimento do texto, o exemplo de uma criança que aprende a se calçar sozinha funciona como uma

- (A) comparação destinada a mostrar que pequenas responsabilidades fazem parte de um processo gradual de construção da autonomia.
- (B) crítica à maneira como os pais ensinam habilidades práticas durante os primeiros anos da infância.
- (C) demonstração de que a autonomia infantil depende exclusivamente da capacidade financeira adquirida pela criança.
- (D) exemplificação utilizada para defender que crianças devem assumir responsabilidades semelhantes às dos adultos.

QUESTÃO 04

No trecho em que apresenta o exemplo dos adolescentes autorizados a frequentar festas, mas controlados na vida escolar, a autora pretende

- (A) comprovar que o acompanhamento familiar interfere negativamente no desempenho escolar dos adolescentes.
- (B) defender que a ausência dos pais em atividades sociais favorece diretamente o desenvolvimento da autonomia.
- (C) demonstrar que os adolescentes deveriam receber mais liberdade para administrar suas atividades escolares.
- (D) evidenciar uma contradição entre as liberdades concedidas e as responsabilidades efetivamente atribuídas aos jovens.

QUESTÃO 05

A oposição entre “liberdade possível” e “independência”, apresentada no texto, permite compreender que, para a autora,

- (A) a independência resulta da capacidade de assumir responsabilidades, e não simplesmente da ausência de limites.
- (B) a liberdade somente pode ser alcançada quando o indivíduo deixa de receber qualquer orientação dos adultos.
- (C) adolescentes devem receber liberdade irrestrita para desenvolver plenamente sua autonomia pessoal.
- (D) liberdade e independência são conceitos incompatíveis durante o processo de formação dos adolescentes.

QUESTÃO 06

Ao afirmar que “a criança pode ser criança quando é tratada como tal, e o mesmo acontece com o adolescente”, a autora estabelece uma relação que permite inferir que

- (A) a definição das fases da vida depende exclusivamente da idade cronológica e das transformações físicas correspondentes.
- (B) crianças e adolescentes apresentam comportamentos semelhantes porque ainda não desenvolveram plenamente suas capacidades intelectuais.
- (C) os comportamentos atribuídos às diferentes fases da vida são influenciados também pelas expectativas dos adultos.
- (D) os jovens tendem naturalmente a prolongar determinadas características infantis independentemente da educação recebida.

QUESTÃO 07

A partir da reflexão desenvolvida no texto, a autora sugere que a extensão da adolescência, para além dos limites tradicionalmente estabelecidos, decorre, **principalmente**,

- (A) da dificuldade dos jovens contemporâneos em compreender as diferenças entre liberdade individual e responsabilidade social.
- (B) da substituição progressiva da autoridade familiar pela influência exercida pelos grupos sociais frequentados pelos adolescentes.
- (C) das transformações biológicas que antecipam a puberdade e prolongam naturalmente o desenvolvimento juvenil.
- (D) de práticas educativas contraditórias que concedem determinadas liberdades, mas retardam a construção efetiva da autonomia.

QUESTÃO 08

No trecho “ela caminha **com seus próprios passos**”, a expressão destacada pode ser entendida como uma

- (A) comparação que relaciona diretamente a criança a um objeto físico.
- (B) hipérbole empregada para exagerar a capacidade de escolha da criança.
- (C) ironia utilizada para criticar a maneira como os pais educam os filhos.
- (D) metáfora que representa a conquista progressiva da autonomia.

QUESTÃO 09

No início do texto, a autora reproduz a mensagem recebida: “Somos dois adolescentes, com 21 e 23 anos...”. Esse trecho constitui exemplo de

- (A) discurso direto, pois reproduz literalmente a fala dos remetentes.
- (B) discurso indireto livre, pois mistura a voz dos jovens com a voz da autora.
- (C) discurso indireto, pois apresenta a fala dos jovens resumida pela autora.
- (D) discurso narrativo, pois apresenta apenas informações sobre os personagens citados.

QUESTÃO 10

No período “Os pais, mesmo que à distância e discretamente, ainda tutelam os passos do filho adolescente”, a expressão “**mesmo que à distância e discretamente**” apresenta uma ideia de

- (A) concessão.
- (B) conclusão.
- (C) consequência.
- (D) finalidade.

PROVA DE RACIOCÍNIO LÓGICO**QUESTÃO 11**

Na lógica de argumentação, analisam-se as premissas para verificar se determinada conclusão decorre de forma válida dessas informações.

Considere as seguintes premissas:

- Todo engenheiro agrônomo estuda características do solo.
- Carlos é engenheiro agrônomo.

Com base nas premissas apresentadas, a conclusão lógica é:

- (A) Carlos estuda características do solo.
- (B) Carlos não estuda características do solo.
- (C) Nenhum engenheiro agrônomo trabalha com análise de solo.
- (D) Todos que estudam características do solo são engenheiros agrônomos.

QUESTÃO 12

Em um departamento de engenharia, três engenheiros ficaram responsáveis por analisar projetos estruturais ao longo do mês. Sabe-se que nenhum projeto foi analisado por mais de um engenheiro, ou seja, cada projeto foi analisado por apenas um dos profissionais.

Ao final do período, o gerente registrou as seguintes informações:

- Somando-se os projetos analisados por Bruno e Amanda, obtém-se um total de 120 projetos.
- Carolina analisou 25 projetos a mais do que Bruno.
- Ao todo, os três engenheiros analisaram 225 projetos.

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta a quantidade de projetos analisados por cada engenheiro.

- (A) Amanda analisou 35 projetos, Bruno analisou 85 projetos e Carolina analisou 110 projetos.
- (B) Amanda analisou 40 projetos, Bruno analisou 80 projetos e Carolina analisou 105 projetos.
- (C) Amanda analisou 45 projetos, Bruno analisou 75 projetos e Carolina analisou 100 projetos.
- (D) Amanda analisou 50 projetos, Bruno analisou 70 projetos e Carolina analisou 95 projetos.

QUESTÃO 13

Em uma empresa, a diretoria informou aos colaboradores que:

Se a equipe comercial atingir a meta de vendas do trimestre ou conquistar pelo menos cinco novos clientes estratégicos, todos os integrantes receberão uma bonificação financeira.

Ao final do trimestre, o setor de Recursos Humanos comunicou oficialmente que não haverá pagamento de bonificação.

Com base exclusivamente nessas informações, assinale a alternativa que **NÃO** pode ser inferida logicamente.

- (A) A equipe comercial atingiu a meta de vendas do trimestre.
- (B) A equipe comercial não atingiu a meta de vendas do trimestre e não conquistou pelo menos cinco novos clientes estratégicos.
- (C) A equipe comercial não atingiu a meta de vendas do trimestre.
- (D) A equipe comercial não conquistou pelo menos cinco novos clientes estratégicos.

QUESTÃO 14

Considere as proposições abaixo:

- p : O equipamento passou na inspeção de segurança.
- q : O equipamento foi calibrado.

A partir dessas proposições, considere a proposição composta:

r : O equipamento passou na inspeção de segurança e foi calibrado.

Assinale a alternativa que contém a **negação** da proposição r .

- (A) O equipamento não passou na inspeção de segurança e foi calibrado.
- (B) O equipamento não passou na inspeção de segurança e não foi calibrado.
- (C) O equipamento não passou na inspeção de segurança ou não foi calibrado.
- (D) O equipamento passou na inspeção de segurança ou foi calibrado.

QUESTÃO 15

Na Lógica Proposicional, o conectivo condicional, representado pelo símbolo $\rightarrow$, corresponde à expressão "se... então...".

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** os valores lógicos das proposições p e q que tornam a condicional $p \rightarrow q$ **falsa**.

- (A) A proposição p é falsa e a proposição q é verdadeira.
- (B) A proposição p é verdadeira e a proposição q é falsa.
- (C) As proposições p e q são falsas.
- (D) As proposições p e q são verdadeiras.

QUESTÃO 16

Na Lógica Proposicional, uma proposição composta pode ser classificada como uma tautologia, uma contradição ou uma contingência.

- Uma tautologia é uma proposição que apresenta valor lógico verdadeiro independentemente dos valores lógicos atribuídos às proposições simples.
- Uma contradição é uma proposição que apresenta valor lógico falso independentemente dos valores lógicos atribuídos às proposições simples.
- Uma contingência é uma proposição que pode apresentar valor lógico verdadeiro ou falso, dependendo dos valores lógicos atribuídos às proposições simples.

Considere a proposição composta:

$$\sim p \vee (p \wedge q)$$

A partir da análise dos possíveis valores lógicos das proposições p e q , assinale a alternativa que apresenta **corretamente** a classificação dessa proposição.

- (A) É uma contingência.
- (B) É uma contradição.
- (C) É uma tautologia.
- (D) Não foram apresentadas informações suficientes para classificar.

QUESTÃO 17

Em uma propriedade agrícola, quatro operações de manejo — aplicação de defensivo, análise do solo, irrigação e adubação — devem ser realizadas em uma determinada sequência preestabelecida. Considere as seguintes informações:

- A aplicação de defensivo ocorre imediatamente após a irrigação.
- A análise do solo ocorre antes da adubação.
- A adubação ocorre antes da irrigação.
- A irrigação não é a primeira operação do processo.

Com base exclusivamente nas informações apresentadas acima, a ordem **correta** das operações, listadas na ordem em que devem ocorrer, é:

- (A) Adubação, Análise do solo, Irrigação e Aplicação de defensivos.
- (B) Análise do solo, Adubação, Irrigação e Aplicação de defensivos.
- (C) Análise do solo, Irrigação, Aplicação de defensivos e Adubação.
- (D) Irrigação, Aplicação de defensivos, Análise do solo e Adubação.

QUESTÃO 18

Na Lógica Proposicional, uma proposição é uma sentença declarativa que apresenta um valor lógico, ou seja, pode ser classificada como verdadeira ou falsa, mas nunca as duas simultaneamente.

Considerando essa definição, assinale a alternativa que apresenta uma proposição.

- (A) A água é um dos fatores essenciais para o crescimento das plantas.
- (B) Como melhorar a eficiência do sistema de irrigação?
- (C) Qual é a produtividade média de uma lavoura de soja nesta região?
- (D) Realize a análise química do solo antes do plantio.

QUESTÃO 19

Em um laboratório de engenharia, foi realizada uma pesquisa para identificar os tipos de ensaios que os engenheiros realizaram durante um determinado projeto. Cada participante pôde marcar uma ou mais das seguintes opções:

- () Ensaio de tração.
- () Ensaio de compressão.
- () Ensaio de dureza.
- () Nenhum dos anteriores.

Sabe-se que:

- 250 engenheiros entrevistados realizaram ensaio de tração;
- 230 engenheiros entrevistados realizaram ensaio de compressão;
- 210 engenheiros entrevistados realizaram ensaio de dureza;
- 130 engenheiros entrevistados realizaram ensaios de tração e compressão;
- 110 engenheiros entrevistados realizaram ensaios de tração e dureza;
- 90 engenheiros entrevistados realizaram ensaios de compressão e dureza;
- 70 engenheiros entrevistados realizaram os três tipos de ensaio.

Com base nos dados apresentados, assinale o número de engenheiros entrevistados que realizaram **exatamente** dois dos três tipos de ensaio apresentados.

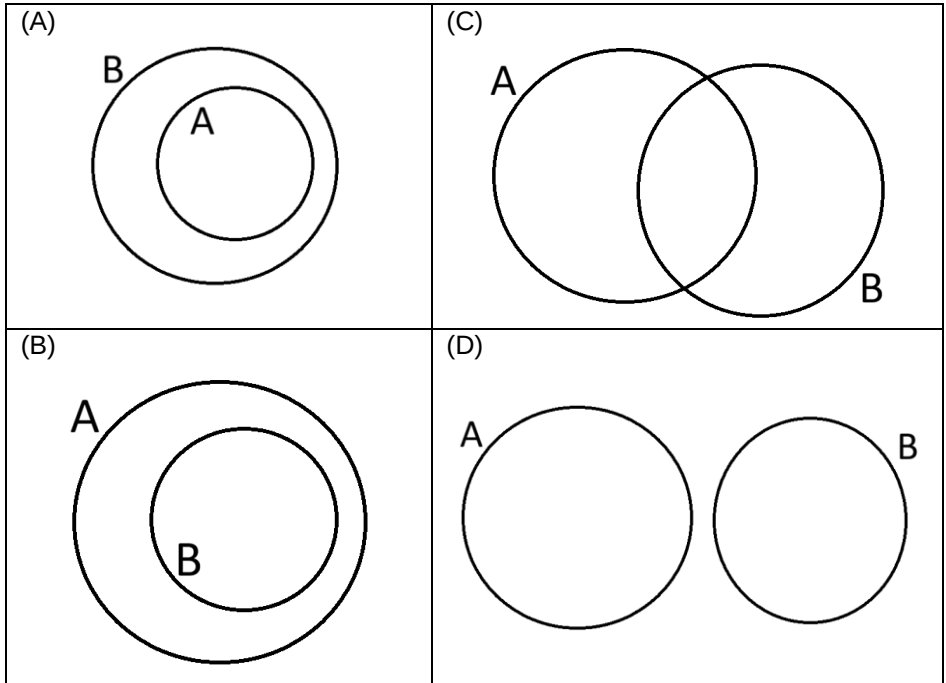
- (A) 120
- (B) 260
- (C) 290
- (D) 330

QUESTÃO 20

Considere as seguintes informações:

- O conjunto A representa o conjunto dos animais mamíferos.
- O conjunto B representa o conjunto dos animais vertebrados.
- Todo animal mamífero também é um animal vertebrado.

Com base nessas informações, assinale o diagrama que representa **corretamente** a relação entre os conjuntos A e B.



QUESTÃO 21

Uma empresa adotou o Windows 11 para reforçar a segurança dos computadores dos colaboradores. Durante um treinamento, foi explicado que a Proteção contra *phishing* pode alertar o usuário caso ele digite a senha usada para entrar no Windows em *sites* maliciosos, suspeitos ou até mesmo em aplicativos como editores de texto. Também foi apresentado o Controle Inteligente de Aplicativos, recurso que contribui para impedir a execução de aplicativos potencialmente perigosos.

Com base nessas informações, é **CORRETO** afirmar que a Proteção contra phishing

- (A) ajuda a evitar o roubo da senha de entrada do Windows 11, alertando sobre seu uso em conteúdos maliciosos ou suspeitos, enquanto o Controle Inteligente de Aplicativos busca bloquear a execução de aplicativos não confiáveis ou potencialmente perigosos.
- (B) está disponível apenas no Windows 10, enquanto o Controle Inteligente de Aplicativos atua exclusivamente na criação de cópias de segurança dos arquivos.
- (C) impede automaticamente qualquer acesso à internet quando uma senha é digitada em um navegador, e o Controle Inteligente de Aplicativos substitui a necessidade de antivírus.
- (D) protege todas as senhas armazenadas no computador, inclusive as que não são utilizadas para iniciar sessão no Windows 11, e o Controle Inteligente de Aplicativos permite instalar qualquer programa sem verificação.

QUESTÃO 22

O Microsoft Edge permite que o usuário gerencie e exclua diferentes tipos de dados de navegação armazenados no dispositivo. Compreender o que cada tipo de dado representa e onde ele é armazenado é fundamental para garantir a privacidade e o bom desempenho do navegador.

Analise as afirmativas abaixo e julgue-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

- () Ao excluir o histórico de *downloads* no Microsoft Edge, os arquivos efetivamente baixados no dispositivo também são removidos permanentemente.
- () Os arquivos e as imagens em *cache* são cópias de páginas e conteúdos armazenadas no dispositivo para que o navegador carregue esses *sites* mais rapidamente em visitas futuras.
- () As senhas salvas no Microsoft Edge podem estar armazenadas em múltiplos dispositivos, caso a sincronização esteja ativada.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo é

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.

QUESTÃO 23

Ao elaborar um relatório no Word do Microsoft 365, uma estudante precisa deixar as primeiras páginas — como capa e sumário — sem numeração visível. Ela deseja que a numeração seja iniciada apenas em uma página posterior do documento, começando pelo número 1.

Para inserir a numeração de página mais à frente no documento, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) Deve-se apenas clicar em Inserir > Número de Página, pois o Word identifica automaticamente que a capa e o sumário não devem receber numeração.
- (B) Deve-se criar um novo arquivo do Word a partir da página em que a numeração deve começar, pois não é possível usar seções em um mesmo documento.
- (C) Deve-se excluir manualmente os números das primeiras páginas depois de numerar todo o documento, pois o Word não permite iniciar a numeração em uma página posterior.
- (D) Deve-se inserir uma quebra de seção antes da página em que a numeração começará, desvincular o cabeçalho ou rodapé da seção anterior e configurar a numeração para iniciar em 1.

QUESTÃO 24

Durante a revisão de um relatório no Word do Microsoft 365, um servidor público utilizou o recurso Pincel de Formatação para aplicar em outros parágrafos a mesma aparência de um trecho já formatado. Esse recurso permite copiar elementos como tipo, tamanho e cor da fonte, além de características de parágrafo, como alinhamento e espaçamento.

Entretanto, algumas configurações que pertencem ao documento ou à seção não são transferidas pelo Pincel de Formatação.

Assinale a alternativa que apresenta uma formatação que **NÃO** é copiada pelo Pincel de Formatação:

- (A) A cor aplicada às letras de um trecho de texto.
- (B) As margens da página do documento.
- (C) O alinhamento do parágrafo, como centralizado ou justificado.
- (D) O tipo e o tamanho da fonte do texto.

QUESTÃO 25

Uma organização utiliza sistemas informatizados para armazenar dados de clientes, documentos internos e registros de operações. Para proteger essas informações, a equipe de segurança adota medidas voltadas à Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade e Autenticidade dos dados.

Durante uma auditoria, verificou-se que apenas funcionários autorizados podem acessar determinados documentos; que alterações indevidas nos arquivos devem ser identificadas; que os sistemas precisam permanecer acessíveis quando necessários; e que é importante confirmar a identidade de quem realiza uma ação.

Com base nos conceitos de segurança da informação, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a confidencialidade e a disponibilidade possuem o mesmo objetivo, pois ambas impedem o acesso não autorizado; a integridade protege somente arquivos impressos; e a autenticidade é aplicada exclusivamente a mensagens de *e-mail*.
- (B) a confidencialidade garante que os dados permaneçam sempre acessíveis; a integridade confirma a identidade do usuário; a disponibilidade impede alterações não autorizadas; e a autenticidade elimina a necessidade de senhas.
- (C) a confidencialidade permite que qualquer usuário consulte os dados; a integridade determina que os arquivos sejam apagados após o uso; a disponibilidade restringe o acesso aos administradores; e a autenticidade serve apenas para realizar cópias de segurança.
- (D) a confidencialidade restringe o acesso a pessoas autorizadas; a integridade busca preservar os dados contra alterações indevidas; a disponibilidade garante o acesso quando necessário; e a autenticidade confirma a identidade ou a origem de uma informação.

QUESTÃO 26

Uma empresa de tecnologia sofreu um incidente de segurança em que um programa malicioso foi instalado em diversos computadores da rede interna. Após análise forense, os especialistas identificaram que o *malware* apresentava as seguintes características:

- Não necessitava de um arquivo hospedeiro para se replicar;
- Conseguia se propagar automaticamente entre os computadores da rede, sem que o usuário executasse qualquer ação;
- Modificava componentes de baixo nível do sistema operacional (como o kernel) para ocultar sua própria presença e a de outros programas maliciosos;
- Não criptografava arquivos, não exibia anúncios e não coletava dados do usuário de forma direta.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O *malware* é um cavalo de Troia (trojan), pois ele se disfarça de programa legítimo e depende da ação do usuário para ser instalado e se propagar.
- (B) O *malware* é classificado como um *worm* com capacidade de *rootkit*, pois se propaga automaticamente pela rede sem arquivo hospedeiro e modifica o sistema operacional para permanecer oculto.
- (C) O *malware* é um *ransomware*, pois sua principal característica é criptografar arquivos e exigir pagamento de resgate para sua liberação.
- (D) O *malware* é um *spyware*, pois sua função principal é monitorar as atividades do usuário e enviar informações sigilosas para terceiros.

QUESTÃO 27

Em uma planilha do Excel 365, um analista possui uma tabela com vendas mensais que é **atualizada todo mês**, com a inclusão de novas linhas contendo os dados do mês mais recente. O analista criou um gráfico de colunas baseado nessa tabela e precisa que o gráfico **se atualize automaticamente**, incluindo as novas linhas, sem que seja necessário editar manualmente o intervalo de dados do gráfico a cada atualização.

Assinale a alternativa que apresenta o procedimento **CORRETO** para atingir esse objetivo.

- (A) Converter o intervalo de dados em uma Tabela do Excel antes de criar o gráfico; como a Tabela se expande automaticamente ao adicionar linhas na sequência, o gráfico baseado nela também se atualiza automaticamente.
- (B) Criar o gráfico normalmente a partir do intervalo fixo e, sempre que uma nova linha for adicionada, clicar com o botão direito no gráfico e selecionar "Atualizar Dados" para que o novo intervalo seja reconhecido.
- (C) Nomear manualmente um intervalo estático (p. ex., A1:C13) e utilizar esse nome como origem dos dados do gráfico, isso não garante atualização automática ao inserir novas linhas.
- (D) Selecionar o intervalo de dados atual (ex.: A1:C13) e inserir um gráfico de colunas; ao adicionar novas linhas, o gráfico se atualizará automaticamente, pois o Excel detecta novas linhas adjacentes ao intervalo original.

QUESTÃO 28

Um usuário utiliza um *notebook* em sua residência para acessar a internet, realizar compras *on-line* e consultar *e-mails*. Para aumentar a proteção do equipamento, ele mantém ativado o *firewall* padrão do sistema operacional. De acordo com o texto, esse tipo de solução é classificado como *firewall* pessoal, pois é direcionado à proteção de computadores individuais, como *desktops*, *laptops* e *tablets*.

Com base no funcionamento e nas limitações dos *firewalls* pessoais, é **CORRETO** afirmar que o *firewall* pessoal

- (A) analisa o tráfego de entrada e saída do computador conforme regras de segurança, permitindo acessos autorizados e bloqueando comunicações indesejadas; entretanto, não substitui outras medidas, como o uso de antivírus e a atenção do usuário.
- (B) atua exclusivamente sobre arquivos armazenados no computador, realizando a cópia de segurança automática dos documentos do usuário.
- (C) elimina completamente a possibilidade de infecção por vírus e dispensa a atualização do sistema operacional e do antivírus.
- (D) garante que o usuário não acesse *sites* falsos, mesmo que ele clique voluntariamente em *links* maliciosos recebidos por *e-mail*.

QUESTÃO 29

Uma profissional autônoma precisa assinar digitalmente contratos enviados pela internet e comprovar sua identidade perante um sistema eletrônico. Para isso, ela solicita um certificado digital pessoal. Conforme o texto, esse certificado funciona como uma identidade eletrônica e é emitido por uma Autoridade Certificadora (AC), que verifica os dados do titular.

Com base nessas informações, é **CORRETO** afirmar que o certificado digital pessoal

- (A) é uma senha única utilizada para acessar qualquer *site* e pode ser solicitado por outra pessoa mediante procuração simples.
- (B) é um documento eletrônico que associa dados de identificação do titular à sua chave pública, contribuindo para comprovar sua autenticidade em transações digitais; para pessoa física, a emissão exige validação formal da identidade do titular pela Autoridade Certificadora.
- (C) impede definitivamente qualquer alteração em documentos eletrônicos, sem depender de assinatura digital, mecanismos de *hash* ou verificação do certificado.
- (D) substitui a necessidade de chaves criptográficas, pois sua única função é armazenar arquivos confidenciais em um servidor.

QUESTÃO 30

Uma empresa de tecnologia precisa implementar um sistema seguro de troca de mensagens entre seus colaboradores. O analista de segurança responsável pelo projeto deve decidir qual tipo de criptografia utilizar em cada situação: para o envio de grandes volumes de dados internos com rapidez, para garantir a autenticidade do remetente de uma mensagem e para permitir que qualquer pessoa envie uma mensagem secreta a um destinatário sem a necessidade de compartilhar previamente uma chave secreta.

Com base nos conceitos de criptografia simétrica e assimétrica, assinale a alternativa que apresenta, **CORRETA e respectivamente**, a solução **mais adequada** para cada uma das três situações descritas.

- (A) Criptografia assimétrica — criptografia assimétrica com uso da chave privada do remetente — criptografia simétrica com uso da chave pública do destinatário
- (B) Criptografia assimétrica — criptografia simétrica com uso da chave pública do remetente — criptografia simétrica com uso da chave privada do destinatário.
- (C) Criptografia simétrica — criptografia assimétrica com uso da chave privada do remetente — criptografia assimétrica com uso da chave pública do destinatário.
- (D) Criptografia simétrica — criptografia assimétrica com uso da chave pública do remetente — criptografia assimétrica com uso da chave privada do destinatário.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Considerando o estabelecido pela Lei nº 5.194/66 que regula o exercício das profissões de Engenheiro e Engenheiro-Agrônomo, sua composição, organização e funcionamento, julgue as assertivas a seguir como **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)**:

- () Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, legalmente habilitados de acordo com a lei, tendo em sua composição um presidente, eleito por maioria absoluta dos profissionais registrados, um representante de cada universidade de engenharia e agronomia com sede na Região, dois representantes de sindicatos profissionais de cada modalidade e dois representantes patronais das empresas de engenharia e agronomia registradas na Região.
- () As qualificações de engenheiro ou engenheiro-agrônomo só podem ser acrescidas à denominação de pessoa jurídica, cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.
- () O mandato dos conselheiros regionais será de 3 (três) anos e se renovará, anualmente pelo terço de seus membros.
- () Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com a lei.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é

- (A) F, F, V, V.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, F, F.

QUESTÃO 32

As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de

- (A) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior cadastrados, assim como, periodicamente, a relação de profissionais habilitados.
- (B) julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.
- (C) instruir processo de infração ao Código de Ética Profissional, ouvindo testemunhas e partes, e realizando ou determinando a realização de diligências necessárias para apurar os fatos.
- (D) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativos e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais.

QUESTÃO 33

Considerando o disposto nas Leis nº 5.194/1966 e nº 6.839/1980, acerca da obrigatoriedade do registro das pessoas jurídicas e da anotação dos profissionais legalmente habilitados perante as entidades competentes para a fiscalização do exercício profissional, é **CORRETO** afirmar que

- (A) cabe aos Creas registrar apenas os profissionais responsáveis técnicos habilitados em engenharia, agronomia e geociências, que estejam vinculados ou não a pessoas jurídicas.
- (B) não serão obrigatórios para as firmas ou organizações que tenham alguma seção ligada ao exercício profissional de engenharia e agronomia, mas não prestem serviços a terceiros.
- (C) serão obrigatórios em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
- (D) trata-se de um registro facultativo visando a proporcionar aos profissionais habilitados a possibilidade de registrar suas atividades, quando vinculados à pessoa jurídica.

QUESTÃO 34

No Direito Tributário, lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Levando em consideração as modalidades de lançamento descritas no Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa abaixo que apresenta um exemplo de **lançamento por declaração**.

- (A) Lei Estadual que determina que a Secretaria de Estado de Fazenda deve identificar os veículos sujeitos à tributação, aplicar os critérios legais para estabelecer a base de cálculo, aplicar a alíquota correspondente e calcular o valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) devido, para, depois, notificar os contribuintes a efetuarem o pagamento.
- (B) Lei Estadual que obriga o contribuinte a realizar a apuração mensal do ICMS, por meio de Declaração de Apuração e Informação do ICMS, efetivar o pagamento e transmitir as informações via Internet.
- (C) Lei Federal que determina que a Receita Federal deverá considerar como rendimento tributável os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos valores.
- (D) Lei Municipal que obriga o contribuinte do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) a declarar à administração tributária do Município a ocorrência de negócio jurídico que constitua fato gerador do imposto, para que esta calcule o valor do ITBI, com base nas informações prestadas pelo contribuinte.

QUESTÃO 35

Considerando a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de engenharia e agronomia e sua regulamentação, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a sua falta sujeitará o responsável à multa e demais cominações legais.
- (B) define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de Engenharia e Agronomia.
- (C) é registrada junto à Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia e Agronomia pelos profissionais registrados nos CREAs em sua jurisdição e sob sua fiscalização.
- (D) sujeita todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia.

QUESTÃO 36

Nos termos da CLT, em relação aos embargos à execução no processo do trabalho, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.
- (B) Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.
- (C) O prazo para oposição dos embargos à execução é de 8 (oito) dias.
- (D) Os embargos à execução, no processo do trabalho, têm a natureza de incidente processual (ou ação incidental de defesa) e não de recurso.

QUESTÃO 37

Sobre o trabalho da mulher, nos termos da CLT, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.
- (B) havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento mensal, que favoreça o repouso dominical.
- (C) para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um.
- (D) sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres em grau máximo, médio e mínimo, enquanto durar a gestação.

QUESTÃO 38

Nos termos da legislação vigente, sobre o aviso prévio, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a falta de aviso-prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo nas verbas rescisórias.
- (B) a reconsideração do aviso-prévio é uma faculdade das partes, de modo que, se a parte notificada aceitar a reconsideração antes de decorrido o prazo do aviso, o contrato continuará a vigorar como se o aviso não tivesse sido dado.
- (C) na rescisão do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador (art. 484-A da CLT), se o aviso-prévio for indenizado, este será devido pela metade.
- (D) no pedido de demissão formulado pelo empregado, caso este opte por cumprir o aviso-prévio trabalhando, terá direito de escolher entre a redução de 2 (duas) horas diárias da sua jornada normal ou faltar ao trabalho por 7 (sete) dias corridos.

QUESTÃO 39

Em determinado Tribunal Regional Federal, centenas de ações individuais discutem a legalidade de um mesmo critério utilizado por autarquia federal para calcular determinada vantagem funcional. As demandas apresentam situações fáticas substancialmente semelhantes e a controvérsia central consiste na interpretação de uma mesma questão de direito.

As Turmas do tribunal começaram a adotar soluções divergentes, criando risco concreto de tratamento desigual entre servidores submetidos ao mesmo regime jurídico. Em recurso já em tramitação perante o tribunal, suscita-se a instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

Considerando o regime do IRDR previsto no CPC/2015, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A instauração do IRDR pressupõe que exista previamente recurso especial ou extraordinário afetado sobre a mesma matéria, pois os tribunais locais não possuem autonomia para formação de precedentes vinculantes.
- (B) O incidente somente poderá ser instaurado depois de transitadas em julgado decisões conflitantes sobre a matéria, pois a divergência jurisprudencial definitiva constitui requisito para sua admissão.
- (C) O IRDR destina-se exclusivamente à uniformização de controvérsias predominantemente fáticas, permitindo ao tribunal estabelecer uma solução probatória comum aos processos repetitivos.
- (D) Presentes a efetiva repetição de processos envolvendo a mesma questão unicamente de direito e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, mostra-se cabível, em princípio, a instauração do IRDR.

QUESTÃO 40

Em ação ajuizada por uma autarquia federal contra empresa prestadora de serviços, discute-se a ocorrência de determinada falha técnica em sistema informatizado administrado exclusivamente pela contratada. A autarquia afirma não possuir acesso aos registros internos capazes de revelar a origem do problema. A empresa, por sua vez, sustenta que cabe exclusivamente à autora provar os fatos constitutivos de seu direito.

Durante o saneamento, após ouvir as partes, o magistrado constata que os registros eletrônicos necessários ao esclarecimento da controvérsia são mantidos exclusivamente pela empresa e que sua obtenção pela autarquia seria extremamente difícil, enquanto a ré poderia apresentá-los sem especial dificuldade.

À luz da disciplina do ônus da prova no CPC/2015, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A distribuição do ônus da prova estabelecida pelo CPC é absolutamente rígida, de modo que fatos constitutivos deverão ser sempre provados pelo autor, independentemente das peculiaridades do caso concreto.
- (B) A redistribuição judicial do ônus da prova depende necessariamente de requerimento expresso da parte interessada, sendo vedada sua determinação pelo magistrado no exercício de seus poderes de organização da instrução.
- (C) O magistrado poderá atribuir à empresa o ônus de produzir a prova relacionada aos registros técnicos, desde que o faça por decisão fundamentada e assegure à parte ré a oportunidade de se desincumbir do encargo que lhe foi atribuído.
- (D) O magistrado poderá redistribuir o ônus da prova apenas na sentença, pois somente após o encerramento da instrução será possível verificar qual das partes possuía maior facilidade probatória.

QUESTÃO 41

Um particular ajuizou ação contra autarquia federal perante a Justiça Federal buscando o reconhecimento de determinada vantagem econômica. Ao realizar o exame inicial da demanda, o magistrado constatou que a petição inicial apresentava narrativa suficientemente compreensível dos fatos e do pedido, mas era deficiente na individualização de determinada parcela requerida, além de não estar acompanhada de documento indispensável à propositura da ação. Sem intimar o autor para qualquer providência, o magistrado indeferiu imediatamente a petição inicial, afirmando que compete à parte apresentar a demanda de maneira completa desde o momento de seu ajuizamento.

Considerando o regime do CPC/2015 e o princípio da primazia da decisão de mérito, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A possibilidade de emenda da inicial restringe-se a defeitos relativos à qualificação das partes, não alcançando ausência de documentos indispensáveis ou deficiências relacionadas à formulação da pretensão.
- (B) A sentença está correta, pois a existência de defeito na petição inicial autoriza seu indeferimento imediato sempre que a irregularidade puder dificultar a análise judicial da pretensão.
- (C) O juiz poderia determinar a emenda somente se a autarquia ré, após citada, concordasse com a correção da petição inicial, pois eventual alteração posterior ao ajuizamento depende de contraditório prévio.
- (D) O magistrado deveria determinar que o autor emendasse ou completasse a inicial, indicando com precisão aquilo que deveria ser corrigido, somente sendo adequado o indeferimento da petição inicial, caso a parte não cumprisse a diligência no prazo legal.

QUESTÃO 42

Marta celebrou dois contratos distintos para viabilizar a inauguração de seu novo restaurante. O primeiro deles foi firmado com um renomado *chef* de cozinha, que se comprometeu pessoalmente a elaborar o cardápio exclusivo de abertura do estabelecimento (obrigação de fazer fungível). O segundo foi celebrado com uma empresa de pintura comercial para a pintura externa da fachada do imóvel (obrigação de fazer fungível).

Considerando as regras do Código Civil acerca das obrigações de fazer e suas repercussões na teoria geral dos contratos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Caso o *chef* de cozinha venha a sofrer um grave acidente que o impossibilite permanentemente de trabalhar, a obrigação contratual de fazer será resolvida para ambas as partes por ausência de culpa, sem direito a indenização por perdas e danos.
- (B) No contrato de pintura da fachada, caso o serviço se torne impossível sem culpa da empresa contratada, Marta poderá exigir que o sócio administrador da empresa execute pessoalmente a obra, sob pena de conversão em perdas e danos.
- (C) Se a empresa de pintura se recusar injustificadamente a realizar o serviço contratado, Marta poderá mandar um terceiro executar a obra às expensas da devedora, exigindo autorização judicial prévia mesmo em caso de urgência.
- (D) Se o *chef* de cozinha desistir imotivadamente do projeto por ter recebido uma proposta financeira melhor de um concorrente, Marta poderá exigir judicialmente que ele seja conduzido de forma coercitiva a prestar o serviço acordado.

QUESTÃO 43

Com relação às garantias contratuais, prazos e procedimentos previstos na Lei de Locação de Imóveis Urbanos (Lei nº 8.245/1991) e suas alterações, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Caso o contrato de locação de imóvel residencial seja ajustado por prazo determinado igual ou superior a 10 (dez) anos, o instrumento independe de vênua conjugal, mas o locador poderá reaver o imóvel a qualquer momento durante a vigência do prazo.
- (B) Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento, o locatário poderá evitar a rescisão da locação efetuando a purgação (emenda) da mora no prazo de 15 (quinze) dias contado de sua citação, sendo que esse benefício não será admitido se o locatário já o tiver utilizado nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à propositura da ação.
- (C) O locatário preterido no seu direito de preferência poderá haver para si o imóvel alienado a terceiros, desde que deposite o preço e as despesas do ato e requeira judicialmente no prazo decadencial de 3 (três) meses, independentemente de averbação do contrato na matrícula do imóvel.
- (D) Visando a conferir maior segurança jurídica ao contrato de locação, o locador poderá exigir cumulativamente até duas modalidades de garantia dentre as previstas na lei, como a fiança e a caução em dinheiro, sob pena de mera multa administrativa, caso ultrapasse esse limite.

QUESTÃO 44

De acordo com as disposições do Código Civil brasileiro (artigos 233 a 236), sobre as obrigações de dar coisa certa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (B) Deteriorada a coisa por culpa do devedor, o credor só poderá exigir o equivalente, sendo-lhe proibido aceitar a coisa no estado em que se acha.
- (C) Se a coisa se deteriorar sem culpa do devedor, a obrigação será obrigatoriamente resolvida, não sendo permitido ao credor aceitá-la com abatimento do preço.
- (D) Se a coisa se perder sem culpa do devedor antes da tradição, o devedor responderá pelo equivalente em dinheiro mais perdas e danos.

QUESTÃO 45

Ao analisar os efeitos das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, a doutrina contemporânea destaca importante distinção entre eficácia *erga omnes* e coisa julgada material.

Nesse contexto, considerando o disposto no art. 102, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 28, parágrafo único, da Lei n. 9.868/1999, bem como a natureza objetiva do controle abstrato de constitucionalidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A eficácia *erga omnes* das decisões de constitucionalidade e de inconstitucionalidade decorre da incidência da coisa julgada material coletiva, construída a partir da substituição processual exercida pelos legitimados do art. 103 da Constituição Federal, os quais atuam em nome próprio na defesa de direitos subjetivos difusos pertencentes à coletividade.
- (B) A eficácia *erga omnes* das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle abstrato decorre diretamente dos efeitos próprios e imediatos da decisão constitucional, e não da formação de coisa julgada material, razão pela qual a submissão de todos à decisão resulta da impossibilidade de discutir abstratamente a constitucionalidade da norma, e não da clássica imutabilidade subjetiva típica do processo civil inter partes.
- (C) A eficácia vinculante e *erga omnes* das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade decorre exclusivamente da coisa julgada material formada após o trânsito em julgado da decisão, sendo a imutabilidade do pronunciamento constitucional consequência direta da aplicação integral da teoria geral do processo civil ao processo constitucional objetivo.
- (D) Embora a Constituição Federal atribua eficácia contra todos às decisões proferidas em controle abstrato de constitucionalidade, a rediscussão da matéria constitucional permanece plenamente possível por qualquer cidadão em ação concreta, justamente porque a eficácia *erga omnes* depende da ulterior formação de coisa julgada material.

QUESTÃO 46

“Diferentemente dos recursos, que se limitam a provocar o reexame de decisões dentro da mesma relação processual, as ações autônomas de impugnação inauguram uma nova relação jurídico-processual destinada a controlar a legalidade, a constitucionalidade ou a justiça de atos que já se consolidaram na instância de origem. Têm natureza de ações constitucionais (...) funcionando como garantias fundamentais voltadas à tutela de direitos essenciais – especialmente a liberdade, a legalidade estrita e a proteção contra decisões injustas ou ilegítimas”

(LIMA FILHO, Eujecio Coutrim. **Direito Processual Penal:** Da Investigação Criminal à Execução da Pena. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora JusPodivm, 2026. p. 793).

Considerando a disciplina doutrinária e legal das ações autônomas de impugnação no processo penal brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) As ações autônomas de impugnação destinam-se exclusivamente ao controle de decisões judiciais transitadas em julgado, não sendo cabíveis no curso da persecução penal.
- (B) Embora o Código de Processo Penal trate o habeas corpus na parte relativa aos recursos em geral, referido instituto possui natureza jurídica de ação autônoma de impugnação destinada à tutela da liberdade de locomoção.
- (C) O *habeas corpus* não comporta impetração durante a investigação criminal, por ausência de relação processual plenamente constituída e inexistência de imputação formal.
- (D) O *habeas corpus* somente será cabível quando já efetivada prisão ilegal, sendo inadmissível sua utilização diante de ameaça potencial à liberdade de locomoção.

QUESTÃO 47

Acerca da capacidade de auto-organização dos Municípios no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Embora os Municípios possuam autonomia financeira, administrativa e política, não lhes foi estendido o poder constituinte derivado decorrente, pois sua capacidade de auto-organização subordina-se simultaneamente à Constituição Federal e à Constituição Estadual.
- (B) O controle de atos locais em face da lei orgânica municipal configura hipótese de controle de constitucionalidade, diante da natureza constitucional das leis orgânicas municipais.
- (C) O poder constituinte derivado decorrente municipal decorre diretamente da Constituição Federal, razão pela qual os Municípios não se subordinam às constituições estaduais.
- (D) Os Municípios exercem poder constituinte derivado decorrente, uma vez que elaboram suas próprias leis orgânicas, equivalentes às constituições estaduais.

QUESTÃO 48

No que se refere à responsabilidade civil por conduta omissiva do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A conduta lícita do Estado que cria ou aumenta o risco, caso resulte em evento danoso que poderia ser evitado, ocasiona necessariamente responsabilidade subjetiva do Estado.
- (B) Nas hipóteses de teoria subjetiva, o ônus de provar a ocorrência de culpa ou dolo recai sobre o Estado.
- (C) O dano evitável exclui a responsabilidade por omissão.
- (D) Salvo situação de risco anormal da atividade estatal, nos casos de omissão, haverá culpa administrativa, ou seja, deve-se comprovar a culpa ou o dolo, a omissão e o dano para ser indenizado.

QUESTÃO 49

No que se refere ao regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, estabelecido na Lei n. 13.019/2014, julgue as assertivas a seguir como **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)**:

- () O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- () O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- () O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública.
- () O acordo de cooperação é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é

- (A) (F); (F); (F); (F).
- (B) (V); (F); (F); (V).
- (C) (V); (V); (V); (F).
- (D) (V); (V); (V); (V).

QUESTÃO 50

Julgue os itens a seguir, conforme as diretrizes inerentes à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021) e ao processo licitatório:

- I . Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.
- II . Contratação por tarefa se refere ao regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- III . O projeto básico se refere ao conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto executivo, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- IV . Concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

Estão **INCORRETAS** as afirmativas

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A PROVA DISCURSIVA

Para desenvolver respostas às questões discursivas, atente para o disposto nos itens do Edital n. 01/2026, que regulamenta este Concurso Público, a seguir transcritos:

3.2. Prova Discursiva

[...]

3.2.1.4. A Prova Discursiva consistirá em 2 (duas) questões discursivas sobre tema específico, a serem respondidas em até 15 (quinze) linhas, com extensão mínima de 10 (dez) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas, no valor de 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.

3.2.1.5. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecidas por questão na Folha de Respostas da Prova Discursiva.

3.2.1.6. Será atribuída nota 0 (zero) na questão discursiva nos casos de:

- a) não atender ao número de linhas estabelecido no item 3.2.1.4;
- b) não atender ao conteúdo avaliado;
- c) letra ilegível;
- d) resposta a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- e) conter identificação do candidato em local indevido.

Portanto, siga as orientações dos enunciados das questões discursivas, observando:

- Seu texto deverá ter de 10 a 15 linhas.
- Utilize a página de rascunho para formular sua resposta.
- **Atenção!** Transcreva as respostas corretas para folhas de respostas discursivas oficiais correspondentes, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Não se identifique, de nenhuma forma, no corpo da resposta produzida.

QUESTÃO DISCURSIVA 01

A Administração Pública, quando realiza o fornecimento de bem ou serviço por terceiros, se vale de instrumento idôneo ao ajuste: o contrato.

O contrato, de modo geral, é descrito como o acordo vinculativo, por força de lei, firmado sobre duas ou mais declarações de vontade, que pretende criar, modificar ou extinguir relações jurídicas.

Com base nas informações apresentadas e na bibliografia sugerida, **EXPLIQUE:**

1. Definição de contratos privados da Administração Pública.
2. Definição de contratos administrativos.
3. Cláusulas exorbitantes.
4. Fato do príncipe e fato da administração.
5. Matriz de risco.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO DISCURSIVA 02

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG é uma entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais. Para o seu funcionamento, é necessária a atuação de Conselheiros.

O Regimento Interno do CREA-MG em sua Seção V - Do Conselheiro Regional, em seu artigo Art. 49 e em seus parágrafos 1º e 2º, estabelece condições para a perda de mandato dos conselheiros.

CITE quais são essas condições, **INDICANDO** os seus parâmetros estabelecidos nos respectivos parágrafos 1º e 2º desse artigo.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 02

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

CONCURSO PÚBLICO – CREA-MG
EDITAL N° 01/2026

**ESTA FOLHA PODERÁ SER DESTACADA
PARA CONFERÊNCIA DO SEU GABARITO.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	



**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA
VIRAR O CADERNO DE PROVAS.**